

O fim da era Bush e Obama:
uma nova era para os Estados Unidos, sua política externa e sua sociedade?
Parte 2

João Fábio Bertonha

No último artigo, procurei fazer uma avaliação dos oito anos de George W. Bush na presidência dos Estados Unidos. Como sempre acontece em História, não é impossível que algumas de suas políticas e iniciativas sejam reavaliadas no futuro, para melhor ou pior, mas, na avaliação datada e imediata que fiz, creio que ficou clara a minha antipatia por ele e seu governo e a imensa gama de problemas e questões que ele deixou para seu sucessor, Barack Obama.

Mesmo incorrendo em possíveis erros, contudo, avaliar o governo Bush é um pouco mais simples hoje do que era em 2004 ou 2007, já que é uma experiência concluída e nós já sabemos, ao menos em linhas gerais, tudo o que ele fez e tentou fazer e os resultados obtidos ou, ao menos, os imediatos. Analisar processos históricos já datados e finalizados, ainda que com repercussões ainda em curso, é, realmente, muito mais simples do que prever o futuro. Ainda assim, é o que tentarei fazer neste espaço, lançando idéias no ar que só saberemos se terão algum sentido no fim do mandato de Obama, em 2012 ou 2016.

O primeiro grande problema que identifico para a presidência Obama é a enorme expectativa que ela traz. Chegar à presidência numa espiral de popularidade que, se não chega a ser total, é inédita na história recente dos EUA, é um capital político imenso. Por outro lado, ela também traz uma cobrança inacreditável e, se as demandas gerais dos eleitores não forem atendidas, e em curto prazo, Obama ficará numa situação bem difícil. O grande senão é que as condições estruturais para atender estas demandas parecem bem limitadas.

Em algumas questões, acredito que Obama vai agir com rigor e rapidez, como está agindo, pois elas dependem apenas, em essência, da atuação do presidente. Já há estudos em andamento com vistas a alteração da política federal frente a questões ambientais e trabalhistas, por exemplo. Os sonhos de alguns ambientalistas mais radicais, como uma América se locomovendo em bicicletas ou a total renúncia ao petróleo são, com certeza, utopias sem sentido que Obama vai ignorar. Do mesmo modo, as leis trabalhistas deverão continuar muito distantes, por exemplo, das europeias, pois a tradição norte-americana é muito mais individualista. Mas é provável que suas iniciativas neste sentido agradem a maior parte da população e, perto do governo Bush, serão imensos avanços.

O mesmo pode ser dito quanto aos direitos individuais das pessoas e ao Estado de direito. Dificilmente ele renunciará a algumas leis de reforço do poder presidencial aprovadas pelo Congresso durante o governo Bush, pois nenhum líder se animaria a perder capacidade de ação. Mas a tortura legalizada, o total desrespeito aos direitos humanos e outros tópicos já foram questionados por ordens presidenciais e isto representa um alívio considerável para a imagem da América e para a sua sociedade. Ao mesmo tempo, tudo leva a crer que a direita cristã perderá espaço no país, o que há de se refletir no avanço da ciência (como na pesquisa em células tronco) e numa moral menos invasiva. A paranóia também deve diminuir, ainda que os veículos de comunicação da direita façam o possível para não permiti-lo.

Enfim, são todos tópicos de importância por si só e simbólicos, pois representam uma virada na sociedade estadunidense. Obama agiu rápido e com decisão, ainda que com cautela. Não espanta, aliás, como as ordens presidenciais assinadas por Obama proibindo a tortura e o desrespeito aos direitos humanos tenham sido assinadas em meio a muita publicidade, enquanto outras, como as que permitem financiamento federal a organismos que aceitam o aborto, tenham sido promulgadas com mais discrição. Isso permite a sua administração mostrar a cara da mudança, mas sem melindrar demais os opositores que, no caso do aborto, são numerosos.

Os problemas de Obama aumentam quando ele tiver que lidar com temas mais complexos e estruturais e que demandam mais do que algumas assinaturas para resolver. Os Estados Unidos já são o país mais desigual do Primeiro Mundo e este problema só cresce com o tempo. A resposta européia para diminuir a desigualdade foi um sistema duplo, com impostos que tributam mais os ricos e uma rede de ajuda social, especialmente no campo da saúde e previdência, que atende os mais pobres. Um sistema injusto até certo ponto e cheio de problemas, como a sua manutenção num contexto de envelhecimento populacional, mas que permite uma razoável estabilidade e excelente nível de vida aos europeus.

A implantação de um sistema como este seria um maná dos céus para boa parte dos americanos, desamparados frente a um sistema de saúde essencialmente privado e além do alcance da maioria. O grande dilema é que isto custaria montanhas de dinheiro e onde obtê-lo é o grande problema. A administração Obama está revertendo uma parte dos cortes de impostos promovido pelos republicanos (e que davam esmolas à classe média e fortunas aos muito ricos), mas isso nem de longe seria suficiente para levantar as imensas somas necessárias.

Outra hipótese seria aumentar realmente a tributação nos EUA, tradicionalmente baixa frente ao padrão europeu, por exemplo. Neste caso, os recursos estariam disponíveis, mas o aumento de tributação teria que ser imenso, na faixa de vários pontos percentuais do PIB, no mínimo. Isso representaria um rompimento com a tradição individualista e de baixa presença do Estado nos EUA, aumentaria ainda mais o problema fiscal (e isso num momento, como destacarei abaixo, em que o Estado já está no limite dos seus recursos) e geraria um verdadeiro terremoto político.

Duvido que Obama se atreva a tanto e, mesmo que o faça, os resultados seriam duvidosos. Ele provavelmente se limitará a algumas mudanças que favoreçam os necessitados frente aos planos de saúde privados e a algum aumento da generosidade dos programas federais de ajuda. A pergunta, claro, é se os eleitores se contentarão com isto quando a expectativa é por muito mais.

O mesmo pode ser dito quando pensamos nos problemas de imigração e integração racial. Como primeiro presidente negro dos EUA, e que foi apoiado pela maioria dos latinos e outras minorias, seu dilema será de difícil resolução. Se mantiver uma postura de presidente de “todos os americanos”, será visto como uma decepção pelos negros e outras minorias. Mas, se lançar iniciativas em apoio a eles ou aos imigrantes, será acusado de ser presidente dos negros e não presidente negro dos EUA. Um problema de difícil solução, mas que, provavelmente, será de menor importância frente ao realmente grave, ou seja, o da economia.

Este será, com certeza, seu grande desafio, ou seja, como lidar com esta grande crise econômica, provavelmente a maior do capitalismo desde 1929. Haverá, com certeza, maior regulamentação da atividade financeira e intervenção do Estado na economia, além

de um festival de gastos públicos. Com a exceção dos liberais radicais, não há praticamente ninguém, no espectro político americano (e mundial, na verdade) hoje, que acredite que os mercados devem ser deixados em paz para que se ajustem. Eles, como indicado no artigo anterior, efetivamente se ajustariam, mas a um custo social que nenhum político na Terra aceitaria e que, na verdade, ninguém quer.

Os dilemas, na verdade, surgem a partir do momento em que estas constatações gerais devem se transformar em políticas. Deve-se regulamentar o mundo financeiro, mas até que ponto e como? Não há nenhum consenso a respeito. O Estado também deve intervir na economia para minimizar esta crise, mas em que sentido e como? Dando empréstimos para os mutuários falidos pagarem seus débitos ou comprando títulos dos bancos? Investindo montanhas de recursos públicos em obras de infraestrutura, mesmo que desnecessárias, ou criando milhões de empregos públicos, para ampliar a demanda? Deve-se apelar ao protecionismo, como alguns dos primeiros atos da presidência Obama podem indicar, ou isso seria desastroso e será evitado, fora algumas atitudes para consumo interno?

Na verdade, ninguém sabe, seja nos EUA, seja no resto do mundo, o que deve ser feito e o risco de Obama, mesmo com toda a boa vontade do mundo, cometer erros, e até piorar a situação, é imenso. A única certeza razoável é que ele não é nem Lênin nem Hugo Chávez chegando à Casa Branca e talvez nem mesmo um social-democrata europeu. Ele vai intervir, e forte, na economia, pois é o que todos querem, incluindo os empresários, mas muito menos do que outros dirigentes em outros países farão e sem ameaçar, nem de longe, o capitalismo americano. Mesmo as possibilidades do capitalismo dos EUA, sob Obama, se tornar mais parecido com o da Europa, social-democrata, parecem pequenas. Não se aproximar um pouco, mas não muito.

O outro dilema é que, mesmo que seja preciso na sua avaliação da situação e reaja de forma correta, talvez a ação do governo Obama seja incapaz de reverter a crise. Isso tanto pelo seu tamanho e disseminação mundial, como pelo fato que crises são normais no capitalismo, cujas fases de crescimento parecem ser regularmente sucedidas por crises de superprodução e especulação que culminam num colapso geral, o qual rearticula as forças econômicas para o recomeço. A ação da equipe econômica de Obama pode reverter essa crise, impedir que ela seja maior do que deveria, não mudar em nada a situação ou ainda piorá-la. Em qualquer caso, as pessoas estarão pouco interessadas se a culpa pelos empregos perdidos ou famílias em crise é do sistema ou de algo maior. Os eleitores esperam que ele resolva o problema e o punirão se ele não o fizer, seja ou não seja possível fazê-lo.

A situação de Obama seria mais simples, claro, se a situação fiscal dos Estados Unidos não fosse tão grave. Tivesse ele sucedido a Bill Clinton, quando havia um imenso superávit público, quaisquer políticas de ampliação do serviço médico público ou de estímulo à economia poderiam ser efetivadas a um custo menor, pois haveria gordura a queimar. George Bush, contudo, com seus cortes de impostos e guerras, deixou um imenso buraco nas contas do Estado e saber como combinar essa falta de recursos com as novas demandas é a grande questão. O Tesouro pode continuar a imprimir dólares e, enquanto o mundo os quiser, não haverá problemas sérios. Mas cria-se uma situação complicada, que pode explodir no governo Obama ou no futuro.

Enfim, em termos de política interna, Obama combina imensas expectativas da população com instrumentos insuficientes para lidar com elas. Quais resultados ele obterá e como os eleitores os avaliarão é o grande x da questão para 2012, mas tenho dúvidas se há razões para otimismo.

Em termos de política externa, talvez as chances de Obama de modificar a posição dos Estados Unidos no mundo sejam muito maiores. Em primeiro lugar, porque a crise econômica mundial vai ajudar, inevitavelmente, a moderar, pela simples falta de dinheiro, alguns dos maiores inimigos dos Estados Unidos na era Bush, como a Venezuela, o Irã e a Rússia. Em segundo, porque a sua disposição em ouvir os aliados e exercer o poder de forma mais multilateral tende a aproximar os EUA dos velhos aliados da Europa e da Ásia. Por fim, a imagem dos EUA só tende a melhorar com uma equipe de política externa muito menos militarista e mais disposta a negociar antes de usar o poder militar.

Isso não significa que a administração Obama será um ninho de pombos, com a recusa ao uso da força. O terrorismo será combatido, as ameaças aos interesses americanos anuladas e Washington continuará a exercer seu poder no mundo, se necessário de forma unilateral. O que – imagina-se – irá acontecer é que este uso da força bruta será menos ostensivo, os atos unilaterais serão a exceção, e não a regra, e a busca pelo consenso será maior. Prenuncia-se uma política externa mais inteligente, combinando *soft* e *hard* power, e não uma baseada apenas em bombardeios e ameaças.

Claro que nem tudo vai depender da posição da presidência americana. Uma Casa Branca mais neutra e ativa pode colaborar na resolução do conflito palestino-israelense, na melhora das relações com Hugo Chávez ou na diminuição das tensões com Teerã, entre outras possibilidades. Mas se nem palestinos nem israelenses quiserem realmente a paz, se Chávez preferir a confrontação (verbal) ao diálogo ou se Teerã quiser realmente uma bomba atômica, os EUA ou preferirão não se envolver ou utilizarão seu poder em defesa do que consideram necessário ou certo. A presidência Obama não será a de um pacifista radical ou de alguém que só pensa em valores e ideais, como nem poderia ser. Ela tem tudo, contudo, para tornar a relação dos Estados Unidos com o resto do mundo muito melhor.

Mesmo a promessa de Obama de sair do Iraque tem que ser vista com cuidado. Se ele pudesse, com certeza, os soldados já estariam entrando nos aviões, para alegria das mães destes e dos contribuintes. Mas uma retirada unilateral poderia transformar o Iraque num campo de batalha entre potências regionais ou vários grupos internos e seria um desastre para o prestígio e a credibilidade dos EUA. Se a situação continuar, como parece estar, melhorando, e as condições de segurança o permitirem, ele, com certeza, cumprirá a sua promessa. Mas tudo depende mais das condições locais do que simples vontade política.

De qualquer forma, parece-me uma aposta segura dizer que as chances de sucesso de Obama na política externa tendem a ser maiores do que na interna, salvo algum acontecimento imprevisto.

Em resumo, Obama, a meu ver, tem poucas possibilidades de fazer uma administração “morna”. Ou ele será lembrado como um dos melhores presidentes já vistos nos EUA ou poderá sair da Casa Branca ainda mais desacreditado e execrado do que Bush, o que, aliás, abalará as chances de outro afro-americano chegar à Presidência por anos. Tudo depende das decisões corretas (sendo o grande problema saber, a priori, quais são elas), de como a conjuntura mundial evoluirá e, especialmente, da capacidade dos eleitores em avaliar o que é responsabilidade do presidente e de sua administração, o que foi uma herança do período anterior e o que estava além do seu alcance e poder.

Como tentei demonstrar neste artigo, creio que as chances maiores para Obama nos quatro próximos anos são de relativo sucesso na política externa e relativo fracasso na interna, entendendo-se, por política interna, acima de tudo, a recuperação econômica. Como os eleitores americanos tendem a olhar muito mais para o próprio umbigo do que para fora e

como eles, como no resto do mundo, raramente fazem o exercício mencionado no último parágrafo e tendem a jogar toda a culpa e responsabilidade do que ocorre de mal em que está no poder, o prognóstico para Obama não me parece bom.

Eu diria que este, em 2012, será um presidente americano festejado fora dos EUA e pouco popular em casa, com riscos de não se reeleger. Mas só saberemos disto em algumas dezenas de meses, quando a História se construirá e o futuro e o presente se tornarão passado, terreno mais firme para construir opiniões e fazer análises.